

Apresentação

Analisar a conjuntura é um exercício complexo, que exige atenção a vários ardis que aparecem no trajeto. Talvez o maior deles seja o desejo. Embora o mais reconhecido obstáculo para análises precisas ou equilibradas, é difícil não ouvir seus sussurros. Ao longo de 2019, o grupo que produz o Boletim de Análise da Conjuntura, da Fundação Perseu Abramo, empenhou-se na avaliação de dados, cenários e tendências, a partir de diversas fontes, em busca da informação mais precisa e útil possível para contribuir com as ações do Partido dos Trabalhadores, dos movimentos sociais, de lideranças e militantes.

A presente edição chega ao mesmo tempo que se inicia o 7º Congresso Nacional do PT, momento de festa, mas principalmente de definição de estratégias para enfrentar os enormes desafios e lutas que se colocam adiante. As gerações que têm construído este partido e ajudado a demonstrar que o Brasil pode ser melhor e mais feliz conhecem bem o valor da luta e da análise ponderada dos fatos e dos agentes sociais. Mas sabem também que a esperança é essencial.

A seção Internacional trata da vitória do Psoe nas eleições parlamentares da Espanha, da convocação de um plebiscito para abril de 2020 sobre a Constituição do país pelo presidente do Chile, o conservador Sebastián Piñera, e dos desdobramentos do golpe na Bolívia.

Em Estado, a análise de um pacote de reformas econômicas apresentado pelo capitão e seu superministro da Economia que deve produzir danos profundos e irreparáveis à vida daquela enorme maioria de famílias brasileiras que está na base da pirâmide e que, ao menos em alguma medida, contavam até outro dia com o apoio das políticas públicas arquitetadas a duras penas pela Constituição Federal de 1988.

Política e Opinião Pública destaca os pontos de pauta no Congresso após a promulgação da reforma da Previdência e a reforma Administrativa, no bojo do novo pacote de medidas proposto pelo governo, chamado de Plano Brasil Mais. Também trata da única pesquisa divulgada após a libertação de Lula, realizada pela plataforma Atlas Político, que revela que a imagem do ex-presidente melhorou após sua libertação enquanto a avaliação do governo Bolsonaro piorou.

O início da reparação de uma injustiça histórica, ocorrido em novembro, com a libertação de Lula, é o tema da seção Judiciário. O “Lula Livre” segue sendo uma palavra de ordem fundamental à democracia.

Em Segurança Pública um balanço do ano para o ex-juiz Sergio Moro, que chegou ao governo como um dos superministros, mas termina o primeiro ano com uma coleção de derrotas: não conseguiu passar seu projeto para a Segurança Pública; perdeu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Ministério da Economia; Lula foi solto; e ainda tem no horizonte a ameaça de o Supremo analisar o pedido de sua suspeição como juiz federal da Lava Jato – o que colocaria toda a operação em risco.

Na análise Social são apresentados um panorama do mercado de trabalho brasileiro a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do programa “Educação em prática”, lançado pelo governo federal.

A parte de Economia mostra que de olho nos recursos parados nos Fundos Setoriais, que, não fosse pela austeridade renitente deveriam servir para fomentar setores específicos da economia brasileira, Paulo Guedes consegue propor o pior: direcioná-los sem escalas para o bolso dos rentistas.

Em Federalismo está em pauta o pacote de Guedes, que prevê extinguir municípios com menos de cinco mil habitantes e que não tenham ao menos 10% de seu orçamento oriundos da arrecadação feita pela prefeitura - Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre a Transmissão de Bens Intervivos (ITBI), além de taxas. Além disso, quer desobrigar os entes de gastos com saúde e educação, além de suspender financiamentos com bancos públicos e de fomento.

A área ambiental, uma das mais cruelmente castigadas neste primeiro ano da gestão do governo Bolsonaro, é o tema de Territorial. Não bastassem as ações de desmonte da política de proteção ambiental, o país ainda passou por pelo menos quatro tragédias ambientais sem que o governo federal demonstrasse eficácia ou efetivo interesse em combatê-las.

A Comunicação aborda o posicionamento editorial dos principais grupos da mídia tradicional brasileira em relação a dois fatos políticos determinantes ocorridos em novembro: a decisão do STF contrária à prisão em segunda instância e a libertação do ex-presidente Lula. Aponta também que o governo federal foi motivo de reportagens em jornais estrangeiros por seus problemas e polêmicas e analisa o comportamento das redes sociais sobre os pontos-chave do governo Bolsonaro.

A seção de Movimentos Sociais analisa o contraste entre as cenas das mobilizações de rua no Chile e na Bolívia e a aparente apatia da população brasileira. Contudo, indica que a imprensa na comparação e a crença em

reprodução automática não ajudam a compreender o estágio em que se encontram os movimentos sociais brasileiros.

Por fim, os dados sobre “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, divulgados pelo IBGE em novembro, mês da consciência negra, são o tema de Periferias.